€mpreender

economia | negócios | investimentos

2º semestre | 2009

Açores: A oportunidade por detrás do risco
Jorge Vasconcellos e Sá 04

O Sistema de Normalização Contabilística 22

Mostra Açores:
Inovação, Empreendedorismo e Criatividade 32

ficha técnica

director
Arnaldo Machado

coordenação
Jorge Pereira

coordenador do espaço GE
Paulo Carreiro

propriedade
Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

design e paginação
Bloco d - design e comunicação

impressão
Nova Gráfica, Ld.ª

tiragem
600 exemplares

contactos
Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade
Praça Gonçalo Velho Cabral, nº3
9500-063 Ponta Delgada, Portugal
Tel: 296 309 100 | Fax: 296 288 491
draic@azores.gov.pt
www.azores.gov.pt

periodicidade
Semestral

índice

3 **nota de abertura**
Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade

4 **opinião**

Açores: A oportunidade por detrás do risco, Jorge Vasconcellos e Sá

A caminho de um sistema sustentável de energia, José António Cabral Vieira

Empreendedorismo e desenvolvimento: o projecto GEM, Augusto Medina

A gastronomia e o turismo – O papel da Escola Hoteleira, Filipe Rocha

Consolidar a aposta efectuada para garantir a sustentabilidade no futuro: entrevista a Katherine Ponte

19 **espaço GE**

Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC)

O Sistema de Normalização Contabilística

26 **notícias**

35 **estatísticas**

nota de abertura

Numa altura em que as nossas empresas e toda a nossa sociedade ainda sentem os efeitos de uma crise, que há muito compreendemos não ser apenas financeira, impõe-se a necessidade de um olhar prospectivo, para que todos – indivíduos, famílias, empresas e entidades públicas – encontrem-se preparados e nos lugares dianteiros da corrida pelas melhores oportunidades que espreitam no início do período de retoma que, decerto, chegará em breve também à nossa Região.

Embora ainda tenhamos que enfrentar (e ultrapassar) vários desafios que nos foram colocados por esta época de maiores adversidades, não podemos ignorar os sinais que, de um lado e do outro do Atlântico, surgem e que nos sugerem a possibilidade de 2010 ser um ano de viragem. Assim, deveremos, quanto antes, recordar e assimilar que a competitividade reside também na antecipação das necessidades – algumas já conhecidas e outras novas – dos nossos clientes e na nossa capacidade para as satisfazer.

Impõe-se ainda que reflictamos numa das lições mais importantes desta crise: o mundo dos negócios, tal como o mercado em que operamos, é global.

Este número da €mpreender vem dar uma ajuda àquela reflexão, ao contar com o contributo de Jorge Vasconcellos e Sá, que explica porque são o turismo e as tecnologias duas das áreas de actividade que apresentam melhores oportunidades para os Açores.

Por seu lado, José Cabral Vieira traça o caminho para um sistema sustentável de energia, descrevendo os passos já dados na Região e prospectivando as próximas etapas deste percurso.

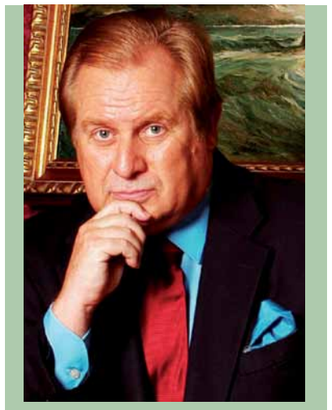
O empreendedorismo e a sua ligação ao desenvolvimento dão o mote ao artigo de Augusto Medina, em que fala também da realização do estudo GEM Açores.

Filipe Rocha deixa-nos uma nota saborosa ao revelar como pode a gastronomia ser um elemento diferenciador da nossa oferta turística.

A última entrevista de 2009 foi realizada a Katherine Ponte, Directora-Geral do Caloura Hotel Resort.

Bom ano de 2010 e bons negócios.

Arnaldo Machado
Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade



JORGE VASCONCELLOS E SÁ

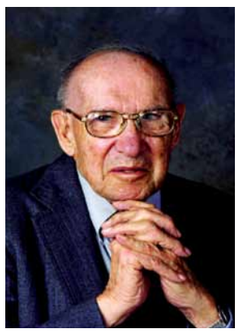
Nascido em 1953, é licenciado em Economia (Universidade Técnica) e em Gestão de Empresas (Universidade Católica).
Tem uma pós graduação em Macroeconomia pela Fundação Gulbenkian e um MBA pela The Peter F. Drucker Graduate School of Management na Califórnia.
Possui ainda um doutoramento em Gestão de Empresas (PhD), pela Columbia University, de Nova Iorque.
É Professor catedrático tendo leccionado na Universidade Católica, Nova, Técnica e AESE (Associação em Lisboa ligada ao IESE de Barcelona).
É autor de inúmeros livros (gestão, economia, estratégia, etc.) e as suas opiniões podem ser lidas nas páginas do Vida Económica, onde assina periodicamente uma coluna.
Ao longo da sua extensa carreira actuou como consultor ou administrador não executivo e ainda como formador em empresas portuguesas e multinacionais e em organismos governamentais nacionais e comunitários.

Açores: A oportunidade por detrás do risco

危 ou 机 ?

RISCO — OPORTUNIDADE

Introdução



Peter Drucker (1909-2005)

Comemora-se este ano o **centenário** do nascimento de Peter F. Drucker, consensualmente conhecido como o maior guru da gestão de todos os tempos.

Para Drucker as **crises** eram, para além de riscos, grandes **oportunidades**. Muito no sentido dos chineses que não têm um símbolo para crise, pelo que quando querem transmitir este conceito, escrevem dois símbolos: um para risco e outro para oportunidade.

Risco porque numa crise quem não fizer nada, ou insuficiente, mesmo que sobreviva, demorará muito tempo a recuperar das perdas.

E **oportunidade**, porque nas crises os mais fracos abandonam o mercado deixando espaço para ser ocupado pelos mais fortes; além de ser nas crises que o instinto de sobrevivência faz com que a generalidade esteja disposta a aceitar o esforço e as mudanças estruturais que em tempos de bonança são consideradas desnecessárias.

Os Açores não fogem à regra. E a presente crise cria, entre outras, duas grandes oportunidades, uma na área do **turismo** e outra na área das **tecnologias**.

O turismo

Durante muito tempo os Açores foram promovidos como destino ideal para turistas do norte da Europa.

Hoje contudo, este mercado está em queda. Acentuada. E abrupta. Obrigando os Açores a repensar quer 1) o seu posicionamento, quer 2) os mercados-alvo. O primeiro deve-se basear nas qualidades distintivas dos Açores: no que este tem de **único**. E o segundo, em clientes que valorizam **(e muito)** essas qualidades.

E o que têm os Açores de único? Não o sol. Não a praia. Não tão pouco as condições para um turismo citadino, de compras ou museus. Nem de divertimento. Ou tão pouco de resort.

Mas sim um turismo de (1) **natureza**, em terra (caminhadas, montanhismo, geoturismo), e de mar (observação de baleias, mergulho com golfinhos, pesca). E de (2) **cultura**: velhas cidades, igrejas, festas tradicionais, procissões, gastronomia.

E quem valoriza isto? Comecemos pelo turismo de **cultura**. Certamente não quem passa o ano a pensar no sol (como os nórdicos). Ou procure o divertimento nocturno (como os jovens). Ou aqueles que privilegiam o turismo de resort (as famílias com filhos jovens).

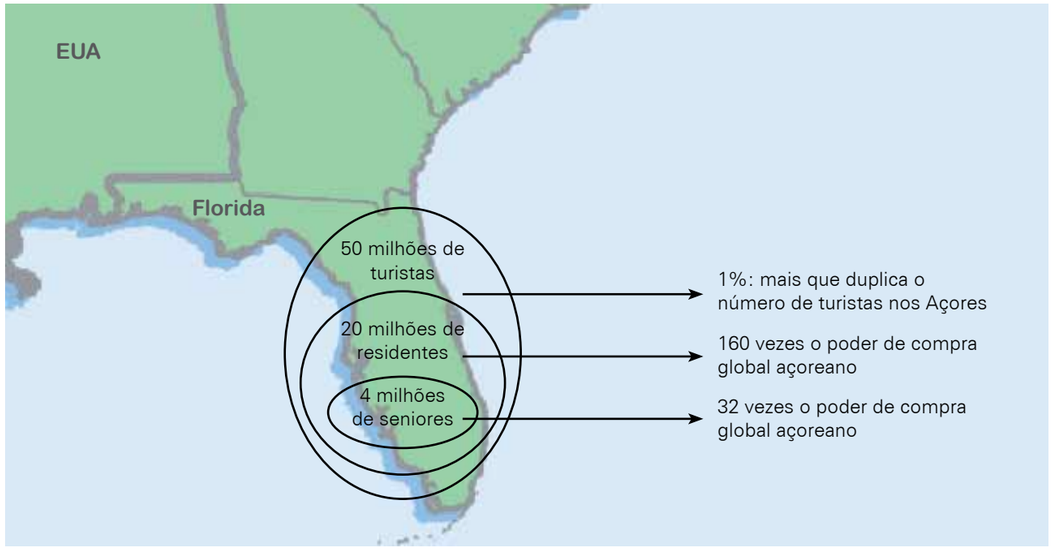
Parece pois que os Açores devem atrair uma clientela (A) mais velha, (B) sem filhos dentro de casa e (C) que não procure o sol. E se possível que também (D) não esteja muito longe (4h de viagem), (E) possua grande poder de compra (o dobro do rendimento per capita dos Açores) e (F) quem viva num mundo diferente da Europa, a qual constitui uma novidade acrescida.

Ora, onde está este cliente, com as características de (A) a (F)? Do outro lado do atlântico. Na Florida. Entre os quatro milhões de reformados que aí vivem todo ou parte do ano. E que além do mais têm tempo (...) e dinheiro disponível.

Só os quatro milhões de seniores da Florida têm 32 vezes o poder de compra dos Açores. Além de que a Florida (que tem uma população de 20 milhões) recebe anualmente 50 milhões de turistas. Donde, se os Açores conseguissem atrair (com packages turísticos conjuntos de p.e. 8/10 dias na Florida e 3/4 dias nos Açores) um por cento dos 50 milhões, tal mais que duplicaria o número actual de turistas (figura um).

Além de que para este tipo de turistas os Açores têm outros atractivos irresistíveis: taxas de crime muito baixas; um clima ameno, não extremo; um turismo não massificado (contrariamente às ilhas Canárias), focando na

FIGURA UM



qualidade média-alta.

Há depois o turismo de **natureza**, e aqui, sobretudo no que diz respeito ao **mar**, os Açores ocupam uma posição única mundial em alguns nichos.

Observação de baleias e nadar com golfinhos? Número um e três no mundo (vide figura dois). Pesca de espadarte? Quarto. Velejar? Segundo melhor lugar na Europa. E também o mergulho um dos melhores lugares mundiais. E no geoturismo.

Poucos clientes?... pura ilusão. Há doze milhões de turistas anuais para observar todo o tipo de vida selvagem. Há 3,4 milhões de pessoas que fazem férias para pescar. Para fazer vela? 10 milhões. Férias para mergulho?: anualmente 2,7 milhões de pessoas. Geoturismo? Só nos EUA são 55 (!) milhões.

FIGURA DOIS

O mercado de nichos do turismo dos Açores		
Nicho	**Ranking dos Açores**	**Número de pessoas que fazem férias**
Observar baleias e nadar com golfinhos	Nº 1 ou 3 mundial dependendo da fonte	12 milhões (para o total da vida selvagem)
Pesca desportiva	Nº 4 para o espadarte	3,4 milhões para todo o tipo de pesca
Vela	Nº 2 da Europa	10 milhões
Mergulho	Um dos melhores do mundo (segundo Dive Global)	2,7 milhões
Geoturismo	Um dos melhores do mundo	55 milhões (segundo a Travel Industry Association of America)

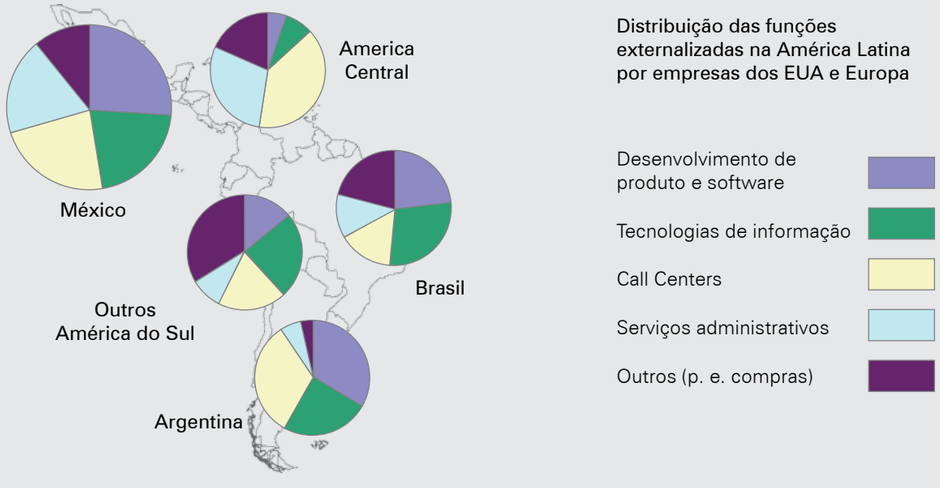
A segunda oportunidade: Business Processing Outsourcing

A segunda grande oportunidade tem a ver com as características, não da natureza, mas dos recursos humanos açoreanos. Nomeadamente com o facto dos Açores serem um local de baixos salários a nível europeu. Mas possuírem uma certa qualificação técnica.

Ora, a **externalização de serviços** como o processamento salarial, conferência de facturas de fornecedores ou clientes, call centers (in e out bound), etc., isto é de processos, tarefas, para além das tecnologias de informação (figura três) é um dos sectores que mais cresce em todo o mundo (7% ao ano), representando uma

FIGURA TRÊS

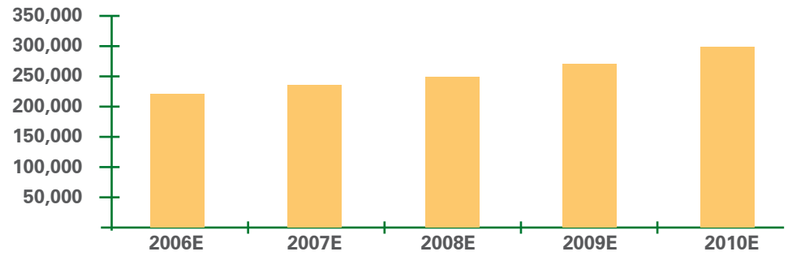
Externalização de serviços baseados em tecnologias de informação na América Latina, por função



Fonte: Arie Y. Lewin e Joan-Enric Ricart. Duke University Offshoring Research Network, Price WaterHouse Coopers, Business School: Universidad de Navarra. The Future of Offshore Outsourcing: Trends and Implications. Apresentado em The 2008 European Outsourcing Summit IESE Business Schoop, University of Navarra Barcelona, Spain.

FIGURA QUATRO

Dimensão do mercado global de BPO ($m) 2006-2010



Fonte: Business Insights, 2008

"Business Insights estima que o mercado global de BPO tenha atingido os $246.7bn em 2007, um aumento de 7.0% em relação a 2006. Prevê-se um crescimento anual de 7.3% para o período de cinco anos (2006-10) para atingir os $305.6bn"

indústria de 300 mil milhões de dólares (figura quatro).

As causas são duas. Por um lado a **revolução tecnológica** (a morte da distância) fez dos transportes, informação e comunicações, mais rápidos, melhores e mais baratos, diminuindo significativamente as vantagens tradicionais das empresas executarem internamente as tarefas: vantagens de proximidade, menores custos de transacção e maior controlo.

Por outro lado, a **aldeia global** (com a diminuição das barreiras ao comércio, a desregulamentação, etc.) aumentou as vantagens do outsourcing: especialização quer da empresa cliente, quer do fornecedor nos core business respectivos, já que o back office de umas empresas é o front office de outras.

Daí a deslocalização de muitos processos para um off-shore que no início era sobretudo **long shore**: Índia, China, e depois Malásia, Filipinas, Indonésia, baseado 1) nos baixos salários (as tarefas de BPO são muito trabalho intensivas) e a existência de 2) skill técnicas e 3) as necessárias infraestruturas de comunicações.

Acontece contudo, que recentemente muitos destinos de long-shore têm vindo a ser substituídos por centros **near shore**: em Marrocos servindo a França; ou no Egipto fornecendo a Grã-Bretanha.

As vantagens acrescidas (face ao long shore) são (4) a menor diferença horária e (5) o menor custo das comunicações.

Mais recentemente, ainda, surgiu a tendência do near-shoring ser substituído por **on-shoring** europeu, através de centros no leste: República Checa, Eslováquia ou Hungria, dado (6) a imposição da legislação comunitária ou nacional que proíbe p.e. os bancos britânicos de externalizarem informação sobre os seus clientes para fora da União Europeia e (7) a vantagem de uma maior afinidade cultural.

E é aqui que o custo salarial dos Açores (60% da média europeia), além das suas vantagens fiscais (face p.e. a Portugal Continental) potencializa o Business Processing Outsourcing como uma oportunidade que pode também beneficiar de todas as outras seis vantagens de cima, com a excepção de – ou só em menor grau – o fuso horário.

Mas tudo o resto indica que os Açores têm grande potencial para se virem a tornar um importante centro de BPO europeu (vide figura cinco).

Por outro lado, a aldeia global (com a diminuição das barreiras ao comércio, a desregulamentação, etc.) aumentou as vantagens do outsourcing: especialização quer da empresa cliente, quer do fornecedor nos core business respectivos, já que o back office de umas empresas é o front office de outras.

FIGURA CINCO

OS AÇORES COMO LOCALIZAÇÃO PARA BUSINESS PROCESSING OUTSOURCING							
Factores críticos de sucesso		**Qualidade dos Açores?**	**Comentários**				
Custo de Trabalho	Salário	Sim (60% UE)	▽ 5% Portugal				
	Produtividade	Sim	▽ Rotação				
			▽ Atrito				
			▽ Ética trabalho				
Legislação laboral		±	= a Portugal Continental				
			Mais rígida que na UE				
Skills técnicas		Sim	Universidade				
			Escola Novas Tecnologias				
Quantidade		±	–				
Sistema fiscal (IRC e IVA)		Sim	Face	Portugal			
				UE			
Inglês		Sim	De qualquer modo: focus em non call centers				
Custo de comunicações		?	Dados	Nacionais	> UE	Locais	
						Internacionais	
					< UE Nacionais		
				Açores?			
Desastres naturais (terramotos/inundações)		Não	Potencial				
Zona tempo		±	Duas horas menos UE (excepto Portugal: uma hora)				
Risco Institucional		Sim	Membro UE				
Afinidade cultural		Sim	Com Espanha, Portugal e UE				
Legislação comunitária		Sim	–				

Os desafios

É timbre de alguns espíritos verem as dificuldades como barreiras (inultrapassáveis) e não simples **desafios** (a ultrapassar). Como se diz em França: "il faut de tout pour faire le monde".

É assim certo que relativamente ao turismo sénior da Florida é preciso actuar simultaneamente em três vértices de um triângulo: 1) procura; 2) oferta (marcas hoteleiras internacionais); e 3) transporte (voos directos).

É também verdade que no tocante ao BPO há que escolher um, dois serviços por onde começar a servir a Europa e dentro desta definir as regiões prioritárias: Portugal continental?; ou a região autónoma de Madrid, a qual com uma população de 6,1 milhões e um rendimento per capita do dobro, tem um poder aquisitivo de 49 vezes do açoreano?; ou ainda a Catalunha, a qual com uma população de 7,2 milhões e um PIB per capita 80% superior ao açoreano representa 51 vezes o seu poder de compra total?

Mas estes (e outros) são os desafios próprios, inerentes, a qualquer projecto novo. Aliás, sem dificuldades nunca se poderia criar vantagem competitiva, porque sendo fácil, todos fariam igualmente bem.

Para além de que, criticar o novo, é criticar tudo, porque o velho já foi novo.

E assim – terminando como se começou, – é bem verdade que, o maior risco é não fazer nada: ou seja, é maior risco defender o passado do que criar o futuro (Peter Drucker). Sobretudo em momentos de crise.

JOSÉ ANTÓNIO CABRAL VIEIRA

Doutorado em economia pela Universidade de Amesterdão, foi deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, entre 2000 e 2004, e Director do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, entre 2006 e 2008. Colabora activamente com várias instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, quer como docente, quer como investigador, tendo publicado diversos artigos e trabalhos em revistas de economia e áreas relacionadas. É, desde Janeiro de 2009, Director Regional da Energia.

A Caminho de um Sistema Sustentável de Energia

A instabilidade dos preços do petróleo e a imposição de limites à emissão gases com efeito de estufa requerem, à escala mundial, uma aposta na utilização de fontes de energia renováveis e na eficiência energética. A procura de sistemas de energia sustentáveis - os quais devem estar tecnologicamente disponíveis, ser economicamente viáveis, ser socialmente aceites e, finalmente, ambientalmente adequados - constitui a prioridade da política energética de inúmeros países e regiões do globo.

A Agência Internacional da Energia antevê que a manutenção do padrão actual de produção e consumo de energia no mundo contribua para um aumento das emissões de dióxido de carbono em 130%, um acréscimo da procura de petróleo na ordem dos 70% e um aumento médio da temperatura do globo próximo dos 6 ºC em 2050, relativamente aos valores de 2005. A inversão desta tendência passa pelo desenvolvimento do conhecimento científico, pela incorporação de novas tecnologias, pela alteração dos comportamentos, pelo aumento da eficiência energética ao nível da produção, do transporte, da distribuição e da utilização final de energia, assim como por uma maior utilização de fontes de energia renováveis.

O Protocolo de Quioto constitui um marco de referência na luta contra o aquecimento global, onde os países signatários se comprometeram, perante a ameaça do aquecimento global, a reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa durante o período 2008-2012. A União Europeia, da qual os Açores são parte integrante, tem-se posicionado na vanguarda da luta contra as alterações climáticas e pelo cumprimento daquele protocolo, nomeadamente através da aprovação de um conjunto de directivas conducentes à promoção das fontes de energia renováveis e da eficiência energética. O "pacote clima-energia", aprovado há cerca de um ano, aponta para a redução em 20% das emissões de gases com efeito de estufa e para o aumento para 20% da contribuição das energias renováveis no consumo de energia. Coloca ainda entre os objectivos a prosseguir um acréscimo de 20% na eficiência energética até 2020.

De facto, restam poucas dúvidas de que as energias renováveis e a eficiência energética constituirão, um pouco por todo o mundo, a palavra de ordem. Estamos, também, sem dúvida, cá nos Açores, empenhados nestes propósitos.

Como se sabe, cerca de 88% do total da energia primária consumida nos Açores provém do petróleo, um combustível fóssil e responsável por uma parte significativa da emissão de gases com efeito de estufa. Os principais utilizadores desta fonte de energia são os transportes rodoviários e a produção de energia eléctrica, os quais constituem, também, as principais actividades emissoras de dióxido de carbono na Região. No que concerne à produção de electricidade, cerca de 26% é de origem renovável e 74% resulta da utilização de petróleo. Uma fatia significativa desta é utilizada em edifícios de habitação e de serviços.

A estratégia a seguir, para além das medidas de eficiência energética, passa pela substituição dos combustíveis fósseis por fontes energia renováveis, com base no aproveitamento dos recursos endógenos para a produção de

electricidade para o aquecimento de água. Contudo, uma maior incorporação de electricidade gerada a partir de fontes renováveis levanta grandes desafios. Entre estes encontram-se a necessidade soluções de armazenagem - onde se têm destacado como potenciais candidatos o veiculo eléctrico, as pilhas de combustível a hidrogénio e as centrais hídricas reversíveis, entre outras - assim como a necessidade de melhorar a gestão global de todo o sistema eléctrico através das chamadas redes inteligentes.

Conhecimento e inovação são elementos fundamentais no desenvolvimento do novo paradigma energético. Por isso, no Programa do actual Governo dos Açores é explicitamente reconhecida a necessidade de fomentar a investigação e o desenvolvimento no âmbito das energias alternativas e renováveis, incorporando níveis elevados de conhecimento científico e técnico.

Conhecimento e inovação são elementos fundamentais no desenvolvimento do novo paradigma energético. Por isso, no Programa do actual Governo dos Açores é explicitamente reconhecida a necessidade de fomentar a investigação e o desenvolvimento no âmbito das energias alternativas e renováveis, incorporando níveis elevados de conhecimento científico e técnico. Nos planos anuais refere-se a criação de um Sistema Sustentável de Energia alicerçado em elevados níveis de conhecimento técnico e científico que aproveite o potencial de recursos endógenos existentes e transforme o nosso arquipélago numa Região de referência nos domínios da eficiência energética e da utilização de energias renováveis.

Para este efeito, foi recentemente assinado um protocolo entre o Governo Regional dos Açores, através da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, o MIT-Portugal e a Universidade dos Açores, no âmbito do projecto "Green Islands", o qual envolve dezoito equipas de investigação desta universidade. A estas somam-se outros investigadores sedeados noutras universidades portuguesas de renome e no Massachusetts Institute of Technology (MIT), afectos à área de Sistemas Sustentáveis de Energia do Programa MIT-Portugal. Trata-se de um projecto de grande dimensão, envolvendo múltiplas equipas de investigação, e de grande transversalidade em termos científicos. Um projecto cujo sucesso, como se espera, mesmo que a médio prazo, contribuirá para termos uns Açores cada vez mais modernos, mais eficientes, mais amigos do ambiente e, não menos importante, mais sabedores e interligados em redes de investigação e desenvolvimento no domínio das energias renováveis. Mas outras medidas, já em marcha, contribuem também para estes desideratos.

O Decreto Legislativo Regional nº. 16/2009/A, de 13 de Outubro, estabeleceu as normas relativas ao desempenho energético dos edifícios e qualidade do ar interior, transpondo para o quadro jurídico regional a Directiva nº. 2002/91/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro. É de esperar que esta medida, tal como se espera um pouco por toda a União Europeia, contribua para aumentar a eficiência energética e o conforto do parque edificado, traduzindo-se, desta forma, numa redução da factura energética dos respectivos proprietários ou inquilinos. O diploma em causa obriga, no caso dos edifícios novos ou dos que sejam objecto a grandes remodelações, à implementação de sistemas águas quentes sanitárias que sejam poupadores de energia, como é o caso das bombas de calor, ou que aproveitem os recursos endógenos e renováveis, como são os painéis solares.

De forma a garantir a coerência entre as diversas medidas, assim como para apoiar as diversas entidades na aplicação do novo normativo, procedeu-se a uma revisão do PROENERGIA – Sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, a qual aguarda a aprovação por parte da Assembleia Legislativa Regional. Entre as alterações introduzidas importa salientar a redução do limite investimento mínimo exigido empresas, a inclusão das IPSS entre os potenciais beneficiários, a desburocratização dos procedimentos, a inclusão da elegibilidade de despesas que decorram de imposições legais como é o caso da certificação energética dos edifícios e a remoção do limite de venda à rede pública de excedentes no caso de investimentos destinados à produção de electricidade. Os investimentos em painéis solares passam a ser apoiados em função da fracção solar dos equipamentos e de acordo com o exposto no quadro que se segue:

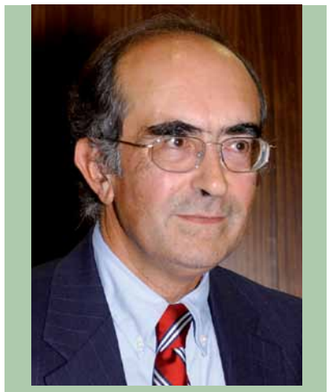
Fracção Solar	Valor do apoio, em percentagem das despesas elegíveis	Limite máximo do apoio, por fogo ou estabelecimento
< 50%	25%	1500 euros
50-65%	35%	4000 euros
>65%	40%	5000 euros

Mas outras medidas foram também implementadas. Com a recente atribuição do código do ponto de entrega (CPE) os açorianos com um contrato de compra energia eléctrica em baixa tensão podem candidatar-se ao Sistema de Registo da Microprodução, vulgarmente conhecido por Renováveis na Hora, e tornar-se, de forma simples e fácil, em pequenos produtores de energia eléctrica com possibilidade de venda à rede pública. O sistema de candidatura é feito através de um registo electrónico, sujeito a uma inspecção de conformidade técnica. Toda a informação sobre os procedimentos, prazos de candidatura e legislação aplicável encontra-se disponível no sítio: www.renovaveisnahora.pt. Em breve, e na sequência do último concurso aberto para o efeito, quatro consumidores açorianos transformar-se-ão em microprodutores de electricidade. Espero que muitos outros sigam, no futuro, o mesmo percurso.

A mobilidade eléctrica assume um papel de grande relevo e estratégico dentro dos propósitos do Governo Regional, estando devidamente individualizada no âmbito do Plano para 2010. Dentro de pouco tempo, esta será objecto de uma Resolução do Conselho do Governo Regional, sendo que a fase piloto, com a introdução dos primeiros postos de carregamento, se deve iniciar em 2010, seguindo-se posteriormente uma fase de expansão e outra de consolidação. Para este efeito e atendendo ao estado da tecnologia, que se encontra em fase de desenvolvimento e, portanto, longe da maturidade, está em curso o estabelecimento de uma parceria com a entidade responsável pelo desenvolvimento do Programa para a Mobilidade Eléctrica em Portugal, de forma beneficiar-se de uma solução integrada e compatível em todo o território nacional.

Mas o grande desafio está na colocação de inteligência artificial na gestão dos sistemas eléctricos, de forma a torná-los mais eficientes, flexíveis e interactivos. Este é um dos elementos chave da revolução que agora emerge e que vem dar continuidade à grande revolução do século XX, assente no computador e nas tecnologias da informação e da comunicação. A telecontagem e o fim da facturação por estimativa, os contadores inteligentes ou, mais genericamente a *energy-box*, e a gestão inteligente dos consumos e das redes de transporte e de distribuição, constituem ferramentas essenciais do novo paradigma energético, onde o consumidor de electricidade, antes um elemento passivo, passa a desempenhar um papel interactivo. O sucesso da introdução do veículo eléctrico, assim como o crescimento da microprodução de electricidade, os quais carecem de recursos acrescidos de modo a garantir uma gestão integrada e global do sistema, depende do desenvolvimento e da implementação destas novas tecnologias e inovações. É por isso que estamos empenhados em seguir de perto o seu desenvolvimento e em implementá-las, por cá, com a maior celeridade possível.

Empreendedorismo e desenvolvimento: o projecto GEM



AUGUSTO MEDINA

**Doutorado em Engenharia Química pela Universidade de Birmingham, Reino Unido, Augusto Medina é Presidente da Sociedade Portuguesa de Inovação, tendo sido o seu fundador em 1996.
É responsável por um vasto número de projectos do sector público e privado nas áreas de investigação e desenvolvimento, inovação, gestão do conhecimento e empreendedorismo. Tem coordenado projectos em Portugal e em vários países da Europa, África e América do Sul, assim como nos Estados Unidos e na China.**

No actual panorama de instabilidade económica global, a actividade empreendedora é considerada fundamental para transformar a economia e atenuar as disparidades económicas.

As vantagens associadas ao empreendedorismo são claras: a criação de novas empresas, a criação de novos empregos, a promoção da competitividade e o desenvolvimento de ferramentas de negócio inovadoras. Assim, o empreendedorismo é, per si, um forte impulsionador do emprego e do crescimento económico e uma componente chave numa economia de mercado globalizada e competitiva.

O papel do empreendedorismo mostra-se assim mais importante do que alguma vez foi.

Analisar as questões relativas ao empreendedorismo e à sua envolvente permite uma melhor compreensão da contribuição dos empreendedores para o desenvolvimento económico e social de um país ou região. Por outro lado, o melhor conhecimento do fenómeno empreendedor facilita a definição de políticas que promovam o aumento do impacto do empreendedorismo na economia.

O projecto Global Entrepreneurship Monitor (GEM) tem como objectivo analisar a relação entre o nível de empreendedorismo e o nível de crescimento económico, determinando as condições que estimulam e travam as dinâmicas empreendedoras em cada país ou região (GEM - www.gemconsortium.org).

Iniciado em 1999 como uma iniciativa do Babson College e da London Business School, o projecto GEM representa, actualmente, o maior estudo das dinâmicas empreendedoras desenvolvidas à escala mundial. Este projecto completa agora o seu décimo ano de existência, tendo seguido um processo de expansão notável: tendo-se iniciado com a participação de 10 países, contou na sua última edição com a inclusão de 56. Deste modo, o projecto GEM é o maior e mais desenvolvido programa de pesquisa sobre empreendedorismo em todo o mundo.

Devido à sua dimensão e âmbito, assim como ao rigor académico que o caracteriza, o projecto GEM tem um impacto político significativo em muitos países e organizações internacionais, sendo citado com regularidade em publicações como o The Economist, o New York Times ou o Financial Times e utilizado como fonte por organizações como a União Europeia, a OCDE, as Nações Unidas ou o Banco Mundial.

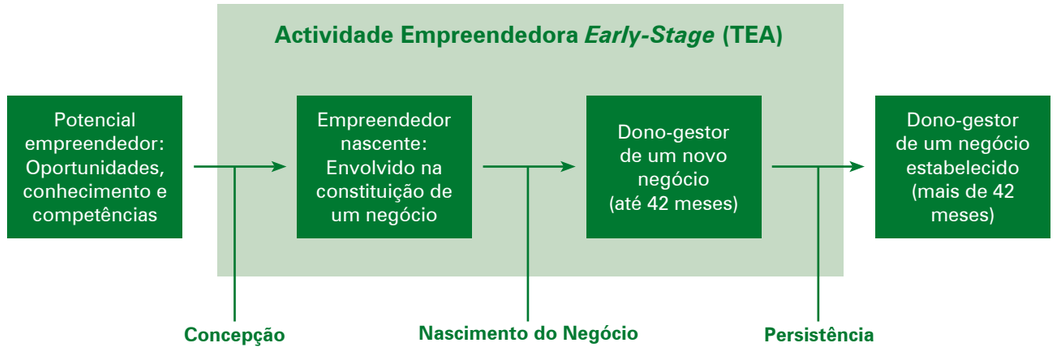
Em termos gerais, o GEM define empreendedorismo como "qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos".

A metodologia aplicada em todos os países participantes no GEM baseia-se:

- Sondagem à População Adulta, com idades entre 18 e 64 anos;
- Sondagem a Especialistas ligados ao empreendedorismo, incluindo líderes do sistema financeiro, universitário, quadros superiores do sector público e empreendedores de renome;
- Análise de indicadores relacionados com aspectos macroeconómicos do empreendedorismo, recolhidos de fontes internacionais.

O índice principal do GEM é a Taxa de Actividade Empreendedora Early-Stage (TEA). Este índice mede a proporção de indivíduos adultos envolvidos, quer num negócio em fase nascente (negócio que proporcionou remuneração salarial por um período não superior a 3 meses), quer na gestão de um novo negócio (negócio que proporcionou remuneração salarial por um período de 3 a 42 meses).

As taxas de prevalência de empreendedores nascentes (ou empreendedores de negócios nascentes) e de empreendedores de novos negócios, consideradas em conjunto, podem funcionar como um indicador de actividade empreendedora early-stage num país, pois representam a dinâmica de criação de novas empresas. Mesmo considerando que uma boa parte dos empreendedores de negócios nascentes acaba por não conseguir abrir o seu novo negócio, as suas acções podem, ainda assim, ter um efeito benéfico para a economia, uma vez que a ameaça de entrada de novos concorrentes pode colocar pressão nas empresas actualmente presentes no mercado e, assim, fazê-las ter um melhor desempenho.



A análise efectuada é aprofundada tendo como base 9 factores associados à actividade empreendedora (Condições Estruturais do Empreendedorismo - CEE), considerados como os principais pilares do potencial de um país para promover o empreendedorismo:

1. Apoio Financeiro;
2. Políticas Governamentais;
3. Programas Governamentais;
4. Educação e Formação;
5. Transferência de resultados de I&D;
6. Infra-estrutura Comercial e Profissional;
7. Abertura do Mercado/Barreiras à Entrada;
8. Acessos a Infra-estruturas Físicas;
9. Normas culturais e sociais.

É com base nestas CEE que é feito em cada estudo um conjunto alargado de recomendações para a acção, que têm vindo a ser consideradas de extrema utilidade pelos responsáveis de diferentes entidades públicas e privadas.

Através de um protocolo assinado em Novembro de 2009 entre a Secretaria Regional de Economia dos Açores, a Universidade dos Açores e a Sociedade Portuguesa de Inovação, foram criadas as condições para a realização na Região Autónoma dos Açores e, pela primeira vez, do estudo GEM Açores 2010.

O projecto Global Entrepreneurship Monitor (GEM) representa, actualmente, o maior estudo das dinâmicas empreendedoras desenvolvidas à escala mundial e é o maior e mais desenvolvido programa de pesquisa sobre empreendedorismo em todo o mundo.

A gastronomia e o turismo – O papel da Escola Hoteleira

FILIPE ROCHA

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, iniciou a sua actividade profissional na empresa Transinsular Açores em 1999. Foi responsável Comercial das marcas Mercedes-Benz, Smart, Chrysler e Jeep na empresa Auto Viação Micaelense entre 2002 e 2004. É, desde Julho de 2004 Director da Escola de Formação Turística e Hoteleira, assumindo também a direcção da respectiva unidade de aplicação.

Numa altura em que o mundo se debate com os desafios de uma crise à escala global, empresas de todos os sectores de actividade atravessam no seu dia-a-dia diversas dificuldades. Os Açores não são excepção, e no caso particular do turismo, também as sentimos.

Mas é nas dificuldades que nos devemos superar, e é nesse ambiente menos favorável que nos devemos preparar para fortalecer o nosso mercado, procurando identificar os pontos fracos e melhorá-los, e procurando ainda manter e fortalecer os pontos fortes.

Neste particular, um dos pontos a melhorar no destino Açores está relacionado com a gastronomia. Não que tenhamos uma gastronomia de fraca qualidade, bem pelo contrário, mas não tiramos o devido partido desta, nem temos um produto servido com os standards de um destino que se quer diferenciar pela qualidade. Quem não reconhece e assume as suas fragilidades, não está em condições de as superar, e este é sem dúvida o primeiro passo que temos que dar.

Podemos e devemos promover o destino Açores também pela gastronomia e pelas experiências que à sua volta se podem criar para quem nos visita. Actualmente o turismo ligado à gastronomia e ao vinho tem vindo a ganhar importância, e os Açores podem tirar partido disso: o vinho, as tradições gastronómicas e acima de tudo os produtos de boa qualidade, representam oportunidades a explorar.

O turismo ligado à gastronomia será seguramente um nicho, mas terá a dimensão que lhe conseguirmos atribuir, cuidando e melhorando o produto, e promovendo-o devidamente. Este tipo de turismo traz grandes vantagens: por um lado, está normalmente associado a consumidores com disponibilidade financeira acima da média, que estão dispostos a pagar pela diversidade de experiências; por outro lado, é um mercado menos sazonal e que pode ser potenciado nas ilhas mais pequenas, beneficiando as micro e pequenas empresas e os produtores locais.

Mas não se trata apenas de trabalhar para um nicho de mercado. A restauração é indispensável num destino turístico, e a qualidade do serviço e do que é servido contribuem para a sua valorização. E neste âmbito, temos que o reconhecer, há um longo caminho a percorrer. Isto não representa um problema, mas antes um desafio.

Para se conseguirem alcançar tais objectivos, temos que percorrer um caminho de criatividade e inovação, que alicerçado na nossa história, tradições e produtos, possa criar riqueza, sobretudo pela diversidade e qualidade. As tradições também se criam, e podemos e devemos deixar a nossa marca geracional na gastronomia.

E para conseguir percorrer esse caminho, as empresas têm necessariamente que ter recursos humanos qualificados, com conhecimentos técnicos sólidos, valorizados pelas experiências e contactos com profissionais de referência a nível nacional e internacional.

Nestes primeiros 7 anos de existência, a Escola de Formação Turística e Hoteleira (EFTH) tem procurado contribuir para a melhoria das qualificações dos recursos humanos e para a valorização da nossa gastronomia e do serviço de restauração.

Em primeiro lugar, o modelo de formação com uma unidade de aplicação representa para os alunos da Escola a possibilidade de praticar em contexto real de trabalho desde o início do curso. Por outro lado, a gestão de um restaurante permite à Escola trabalhar os produtos regionais, com apresentação e confecções inovadoras, utilizando novas técnicas, e tentando introduzir conceitos modernos e adaptáveis à nossa realidade.

Por outro lado, para se desenvolverem as aptidões e os conhecimentos técnicos é necessário importar know-how. Neste sentido, a EFTH tem vindo a desenvolver um conjunto de parcerias com instituições nacionais e internacionais ligadas à formação, com vista à consolidação dos processos formativos e ao aprofundamento dos conhecimentos técnicos.

Dessas parcerias, destacam-se o Turismo de Portugal, através das suas escolas de hotelaria, a Associação dos Directores de Hotéis de Portugal (ADHP), a Associação de Cozinheiros Profissionais de Portugal (ACPP), a Associação Europeia de Escolas de Hotelaria e Turismo (AEHT) e a Universidade Johnson & Wales (EUA).

Ao nível da formação inicial, a EFTH tem procurado, desde 2006, que os seus formandos participem em competições de carácter nacional e internacional. Os resultados começam a aparecer, e em 2009 alunos da Escola conquistaram o prémio "Cozinheiros do Futuro" no Festival Internacional de Gastronomia, Desporto e Saúde do Algarve, e obtiveram o 2º lugar na Prova de Bar do Concurso Anual da AEHT, que decorreu em Novembro na Croácia. Estas experiências, não só valorizam os alunos que participam e os formadores que assistem, como também permitem criar termos de comparação e referência com outras escolas. Para além disto, a Escola tem proporcionado aos seus formandos aulas com profissionais de referência, tanto nacionais como estrangeiros.

Quanto à formação de activos, destacam-se nos últimos anos o Curso de Graduação em Direcção Hoteleira, o Curso de Chefia de Andares e o Curso de Profissionais de Banca de Casino. Para além destes, do Plano para 2009/2010 fazem parte formações com alguns dos melhores chefes nacionais e internacionais, através de um protocolo com a ACPP, apoiado pela Secretaria Regional da Economia, bem como novos cursos para directores de hotel, com o apoio da ADHP, e várias acções para profissionais de cozinha e restaurante, financiadas pelo Fundo Social Europeu.

É este o caminho a percorrer, para o qual todos devem contribuir, desde o Governo Regional, através de uma aposta rigorosa na qualidade formativa, até às empresas, que devem empenhar-se mais na formação dos seus colaboradores, não esquecendo os próprios profissionais que devem ter uma postura activa na procura da sua própria valorização.

Mas é nas dificuldades que nos devemos superar, e é nesse ambiente menos favorável que nos devemos preparar para fortalecer o nosso mercado (...)

KATHERINE PONTE

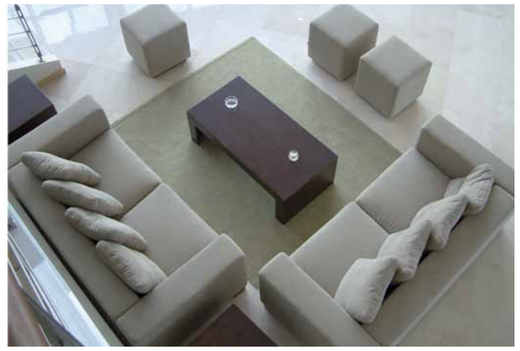
Directora-Geral do Caloura Hotel Resort

Consolidar a aposta efectuada para garantir a sustentabilidade no futuro

Licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, Katherine Ponte está à frente dos destinos do Caloura Hotel Resort há 12 anos. Assim que começou o seu percurso profissional tinha como ambição transformar o legado dos pais num moderno hotel de 4 estrelas, tirando partido da sua localização privilegiada e evidenciando a sua tradição como referência do mergulho nos Açores.

Presentemente com 35 anos, casada e mãe de um casal de filhos, Katherine Ponte refere que ser directora-geral de uma unidade hoteleira como o Caloura Hotel tem-se revelado um "percurso recheado de desafios e de barreiras que têm de ser transpostas todos os dias".

Katherine Ponte define-se como uma pessoa empreendedora e optimista que abraça de bom grado o futuro. Por isso mesmo após terminar a licenciatura aceitou o desafio de estagiar na Ilha da Madeira, num Grupo Hoteleiro de referência, o que lhe permitiu ganhar experiência e capacidade para delinear todo o projecto de requalificação do hotel dos pais.



Quanto aos açorianos acredita serem, embora ilhéus e confinados ao mar, empreendedores. "Actualmente através da internet – blogspots, redes sociais – temos acesso online a uma panóplia de informação que nos permite ter ideias e sermos empreendedores. Os meios estão disponíveis, aceitem o desafio de empreender" – disse.

Em entrevista à €mpreender, refere que, tendo em conta a forma como as pessoas encaram a indústria do lazer nos nossos dias, e estando esta em constante mutação, torna-se imprescindível adequar a nossa oferta, acrescentando-lhe valor e algo que a diferencie, nunca esquecendo o binómio clientes satisfeitos/equipa de trabalho motivada.

Na sua opinião o desafio actual da indústria do lazer é conseguir consolidar a aposta efectuada no passado e garantir a sua sustentabilidade no futuro.

"O Turismo deixou de ser, desde há alguns anos esta parte, apenas mais uma actividade económica, passando a ser um dos pilares do desenvolvimento dos Açores. Há que continuar a combater a forte sazonalidade que ainda se faz sentir nesta indústria, através da procura de novos mercados emissores e da fixação dos já existentes, disse referindo que "apesar da crise global que se vive em todo o mundo, à qual não podemos ser alheios, estamos convencidos que, tão depressa os mercados que nos procuram recuperem, o Turismo será o sector em que a retoma será visível mais cedo".

Até lá, Katherine chama a atenção para a necessidade de se proceder a uma redobrada atenção por parte das autoridades no sentido de não deixarem morrer os projectos que foram postos de pé pelos empresários deste sector.

Há, também, na sua opinião, que "reequacionar o actual modelo de transporte aéreo, adequando-o às exigências dos modernos viajantes".

Para Katherine Ponte a busca por uma melhoria contínua na qualidade das instalações e serviços deve ser o principal objectivo de todos aqueles que estão ligados ao ramo da hotelaria nos Açores.

"Se novas oportunidades surgirem que possam acrescentar valor e competitividade ao negócio, porque não?..." – salientou.

Referindo-se um pouco ao percurso do Hotel Caloura, Katherine Ponte explicou que aquele projecto teve o seu início no ano de 1978 e desenvolveu-se em três fases distintas. A primeira fase prendeu-se com a criação de uma pequena unidade hoteleira de 20 quartos. Numa segunda fase procedeu-se a uma ampliação para 50 quartos e introdução de restaurante, bar, piscina, sauna, ginásio e campo de ténis e a terceira fase teve a ver com uma nova ampliação e requalificação para unidade hoteleira de 4 estrelas, aumentando a sua oferta de quartos para 80 unidades.

Paralelamente a este percurso de 31 anos, a nossa entrevistada destaca o Centro de Mergulho do Hotel Caloura, aberto em 1980 e que continua a merecer uma forte aposta da direcção daquele estabelecimento hoteleiro uma vez que, na opinião da sua Directora-Geral "muito tem contribuído para a divulgação do nosso hotel junto de um segmento de mercado muito específico".

O principal mercado do Caloura Hotel Resort é o alemão, seguido do escandinavo; por seu lado, o mercado nacional tem registado nos últimos tempos um crescimento sustentado.

Questionada sobre o que pode ser feito para aumentar a procura pelas ilhas açorianas, a nossa entrevistada chama a atenção para a necessidade do destino Açores ter de ganhar notoriedade. "Para tal há que definir uma estratégia conjunta", disse deixando mesmo um conselho: "aconselho uma parceria efectiva, construtiva e abrangente entre todos os intervenientes no sector, quer sejam eles privados, associações, Governo dos Açores e autarquias, que não se confine a meras declarações de intenção e imposições pouco claras e não fundamentadas".

GABINETE DO EMPREENDEDOR

Espaço GE

No Espaço Gabinete do Empreendedor encontrará artigos relevantes para empreendedores e empresas, com informações que poderão fazer a diferença, seja na hora de entrar no mundo dos negócios, seja no dia-a-dia da gestão da sua empresa.

Gostaria de ver desenvolvido nesta secção algum assunto relevante? Envie-nos um e-mail para draic@azores.gov.pt

A rede de Gabinetes do Empreendedor é constituída por oito gabinetes que proporcionam um atendimento personalizado e especializado a empresas e empreendedores. Consulte o Gabinete do Empreendedor mais próximo de si para esclarecer dúvidas ou obter informação sobre questões inseridas no ciclo de vida da empresa.

GE São Miguel
Praça Gonçalo Velho Cabral, 3
9500-063 Ponta Delgada
Tel: 296 309 774/296 309 100
Fax: 296 281 088
e-mail: ge.saomiguel@azores.gov.pt

GE Santa Maria
Rua Dr. Luís Bettencourt, 92
9580-529 Vila do Porto, Apt. 109
Tel: 296 883 180
Fax: 296 883 181
e-mail: ge.santamaria@azores.gov.pt

GE Faial
Rua Ernesto Rebelo, nº 14
9900-112 Horta
Tel: 292 200 534/292 200 500
Fax: 292 200 533
e-mail: ge.faial@azores.gov.pt

GE Pico
Rua Capitão-Mor Garcia
Gonçalves Madruga, 21
9930-129 Lajes do Pico
Tel: 292679841
Fax: 292679844
e-mail: ge.pico@azores.gov.pt

GE Terceira
Rua Direita, 72
9700-066 Angra do Heroísmo
Tel/Fax: 295 216 054
e-mail: ge.terceira@azores.gov.pt

GE Graciosa
Rua do Castilho, 9
9880-355 Santa Cruz
da Graciosa
Tel: 295 712 711
Fax: 295 732 446
e-mail: ge.graciosa@azores.gov.pt

GE São Jorge
Rua da Gruta, s/n
9800-533 Velas de
São Jorge
Tel/Fax: 295 432 048
e-mail: ge.saojorge@azores.gov.pt

GE Flores
Rua Dr. Armas da Silveira, 1
9970-331 Santa Cruz
das Flores
Tel/Fax: 292 592 846
e-mail: ge.flores@azores.gov.pt

Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC)

Qualquer empresa em condições de requerer judicialmente a sua insolvência, nos termos do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) pode recorrer o Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC) para tentar recuperar a empresa através de um acordo com os seus credores.

Este "instrumento" denominado Procedimento Extrajudicial de Conciliação tem por objectivo a celebração de um acordo entre a empresa em dificuldade e todos ou alguns dos seus credores, para que viabilize a sua recuperação.

Podem ser requerentes do PEC as empresas (pessoa colectiva dotada de personalidade jurídica e com património autónomo) em condições de requerer judicialmente a sua insolvência, nos termos do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE) e, ainda, os credores que, nos termos do CIRE, tenham legitimidade para requererem a declaração de insolvência de uma empresa.

Para aceder ao PEC a empresa deverá encontrar-se em situação de insolvência, ainda que meramente eminente, não poderá estar ultrapassado o prazo para apresentação à Insolvência, tal como fixado no n.º 1 do artigo 18º do CIRE, os credores a serem chamados ao PEC devem corresponder a 50% das dívidas da empresa e a empresa deverá ser economicamente viável.

O PEC é requerido à Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade ou ao IAPMEI, por escrito, através de requerimento, devendo o requerente invocar os respectivos fundamentos, identificar as partes que nele devem intervir e indicar o conteúdo do acordo que pretendem obter.

Este requerimento deverá ser acompanhado de um Plano de Negócios (ou entregue no prazo de 15 dias, depois da data de entrada do requerimento), com um horizonte temporal de 5 anos.

O requerimento deverá ser, igualmente, acompanhado por todos os documentos exigidos na apresentação de uma petição em processo judicial, nomeadamente:

- Acta de deliberação de iniciativa de apresentação ao PEC
- Cópia dos Anexos A da Declaração Anual dos últimos 3 exercícios, relevando o Balanço e Demonstração de Resultados;
- Ultimo Balancete Analítico disponível;
- Mapa do pessoal, o mais recente disponível;
- Relação de todas as acções e execuções pendentes contra a empresa;
- Listagem dos bens em regime de arrendamento, aluguer ou locação financeira.
- Bens a hipotecar:
  - Planta do bem a hipotecar
  - Certidão actualizada da Conservatória do Registo Predial
  - Indicação do contacto na empresa

A entrada do procedimento extrajudicial pode levar à suspensão do processo judicial de insolvência desde que a sua suspensão seja requerida pelo devedor ou qualquer interessado. Cessando essa suspensão quando se extingue o PEC ou uma vez decorridos 60 dias a contar do despacho de recusa liminar do requerimento a iniciar o procedimento.

Por outro lado, o facto de se ter iniciado o processo de insolvência não obsta ao recurso ao PEC durante a sua pendência.

Os acordos que venham a ser obtidos no âmbito do PEC podem definir um plano de insolvência ou plano de pagamentos, caso da análise da situação da empresa em crise resulte a sua inviabilidade ou um plano para a sua recuperação, respectivamente. No caso, de ser possível chegar a qualquer acordo é possível submeter o plano de pagamentos ou de insolvência ao Tribunal para suprimento dos credores e homologação.

Regras vulgarmente seguidas pelos Credores Públicos

Os credores públicos apenas negoceiam um acordo PEC, desde que:

- Sejam também chamados ao processo credores privados;
- Sejam apresentadas garantias reais (hipoteca voluntária ou garantia bancária);
- Sejam feitos os pagamentos mensais correntes, desde a data de entrada do requerimento em PEC;
- Esteja prevista a substituição da Gerência/Administração da empresa que esteve na origem das dívidas à Fazenda Nacional, se estas respeitarem ao IRS e/ou IVA.

Os credores públicos não perdoam capital, nem concedem carências de reembolso. Podem, no entanto, reduzir os juros vencidos e vincendos dependendo de análise feita ao processo apresentado e desde que a empresa obtenha dos credores privados renúncias de capital e/ou juros, que possibilitem aos credores públicos também renunciarem.

A Segurança Social e a Direcção Geral do Tesouro podem aceitar o pagamento da dívida até 150 prestações mensais (12,5 anos), já as Finanças aceitam o pagamento da dívida até 60 prestações mensais (5 anos).

Intervenção da Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade (DRAIC)

O PEC reserva à DRAIC o papel de mediador nas diligências extrajudiciais sempre no respeito da vontade dos particulares, não tendo quaisquer poderes sancionatórios ou coercivos.

Assim sendo, a DRAIC:

- Promoverá as diligências e os contactos necessários entre a empresa e os principais interessados, com vista à concretização de acordo que viabilize a recuperação da empresa, cabendo-lhe a orientação das reuniões convocadas.

- Poderá, a qualquer momento, solicitar ao requerente ou aos interessados, a prestação de esclarecimentos ou informações que considere indispensáveis, assim como sugerir ao requerente a alteração dos termos do acordo inicialmente pretendido.

- Analisará a viabilidade da empresa e a adequação do acordo pretendido à sua viabilização, sem prejuízo da audição dos intervenientes no procedimento de conciliação.

O PEC foi criado pelo Decreto-Lei n.º 316/98 de 20 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei 201/2004 de 18 de Agosto

O Sistema de Normalização Contabilística

No caminho da modernização contabilística

O anterior modelo nacional de normalização contabilística para as empresas comerciais e industriais e outras entidades foi instituído com a publicação do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e criou a Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

O POC foi, entretanto, objecto de sucessivas alterações, essencialmente motivadas pela necessidade de adaptação do modelo contabilístico nacional a instrumentos jurídicos comunitários.

Por força da orientação estratégica em matéria contabilística da União Europeia (UE) esboçada com a apresentação, pela Comissão Europeia, em Novembro de 1995, do documento Harmonização contabilística – uma nova estratégia relativamente à harmonização internacional e do subsequente impulso político dado no Conselho de Lisboa, em Março de 2000, que estabeleceu a criação de serviços financeiros plenamente integrados, a UE decidiu adoptar as normas internacionais de contabilidade do International Accounting Standards Board (IASB).

Tendo desempenhado durante anos um papel fundamental no panorama nacional, o POC revelava-se, desde há algum tempo, insuficiente para as entidades com maiores exigências qualitativas de relato financeiro, para além de que carecia de revisão técnica no que concerne, nomeadamente, a aspectos conceptuais, critérios de reconhecimento e mensuração, conceito de resultados, bem como em relação aos modelos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

À luz das profundas alterações verificadas nos últimos 25 anos, os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, que nos domínios conceptual e instrumental transitavam de 1977, já não respondiam adequadamente às exigências contemporâneas, importando, por esses motivos, proceder à sua modificação. Adicionalmente, o acompanhamento da dinâmica de adopção, pela UE, das normas internacionais de contabilidade, tendo em vista a sua absorção no quadro contabilístico nacional, que se pretende actualizado, apelava a que se adoptassem procedimentos normativos suficientemente flexíveis.

Assim, a normalização contabilística nacional deve aproximar-se, tanto quanto possível, dos novos padrões comunitários, por forma a proporcionar ao nosso país o alinhamento com as directivas e regulamentos em matéria contabilística da UE, sem ignorar, porém, as características e necessidades específicas do tecido empresarial português.

Em consequência, o Decreto-Lei n.º 158/2009, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009, procedeu à revogação do POC e legislação complementar criando o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que vem na linha da modernização contabilística ocorrida na UE e que se encontra em vigor desde Janeiro de 2010. O SNC é constituído pelos seguintes elementos fundamentais:

- A Estrutura conceptual, que segue de muito perto a Estrutura conceptual de preparação e apresentação de demonstrações financeiras do IASB, assumida e publicada pela UE. Trata-se de um conjunto de conceitos contabilísticos estruturantes que, não constituindo uma norma propriamente dita, se assume como referencial que subjaz a todo o Sistema;
- As Bases para a apresentação de demonstrações financeiras, nas quais se enunciam as regras sobre o que constitui e a que princípios essenciais deve obedecer um conjunto completo de demonstrações financeiras;
- Os Modelos de demonstrações financeiras, nos quais se consagram a necessidade de existência de formatos padronizados, mas flexíveis, para as demonstrações de balanço, de resultados (por funções e por naturezas), de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa, assim como um modelo orientador para o anexo;
- O Código de contas, traduzido numa estrutura codificada e uniforme de contas, que visa acautelar as necessidades dos distintos utentes, privados e públicos, e alimentar o desenvolvimento de plataformas e bases de dados particulares e oficiais;
- As Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), núcleo central do SNC, adaptadas a partir das normas internacionais de contabilidade adoptadas pela UE, cada uma delas constituindo um instrumento de normalização onde, de modo desenvolvido, se prescrevem os vários tratamentos técnicos a adoptar em matéria de reconhecimento, de mensuração, de apresentação e de divulgação das realidades económicas e financeiras das entidades;
- A Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE), que, de forma unitária e simplificada, contempla os tratamentos de reconhecimento, de mensuração, de apresentação e de divulgação que, do conjunto das NCRF, são considerados como os pertinentes e mínimos a ser adoptados por pequenas entidades (PE). Veremos mais à frente como se definem as PE

O SNC é um instrumento moderno ao serviço daquelas empresas portuguesas que, não tendo valores mobiliários admitidos à negociação num mercado regulamentado, têm uma dimensão, uma estrutura de capitais ou uma presença em determinadas actividades que as colocam em pleno ambiente globalizado de negócios, parceiros e fontes de financiamento. Com capitais públicos ou privados, existe um significativo universo de grandes e médias empresas e grupos nacionais que carecem de produzir e divulgar demonstrações financeiras adequadas aos vários mercados onde operam ou onde se financiam.

Tendo em conta as entidades a quem se destina o SNC, no processo de adaptação das normas internacionais de contabilidade houve a preocupação de, sem distorcer a homogeneidade, a qualidade e a coerência globais, eliminar tratamentos pouco ou nada aplicáveis à realidade nacional e evitar níveis de exigência informativa porventura excessivos.

Por outro lado, é criada uma norma especificamente destinada às entidades de menor dimensão (NCRF-PE) que, assente na mesma filosofia de conceitos e orientada pelos mesmos requisitos técnicos de referência, permite delimitar e simplificar num único documento, mais acessível e de mais fácil aplicação, as exigências contabilísticas mais comuns a esse universo.

Assegura-se, assim, inteira compatibilidade e coerência entre os normativos aplicáveis aos seguintes três grandes grupos de entidades que operam em Portugal:

- Empresas com valores cotados que aplicam directamente as normas internacionais de contabilidade;
- Restantes empresas dos sectores não financeiros, que aplicarão as NCRF;
- Empresas de menor dimensão que aplicarão a NCRF-PE.

É criada, deste modo, uma estrutura que pretende assegurar a coerência horizontal entre as normas, e, quanto às entidades a que se aplica, viabilizar uma fácil comunicabilidade vertical sempre que alterações na sua dimensão impliquem diferentes exigências de relato.

Com a preocupação de integrar no SNC a problemática da consolidação de contas, incluiu-se no decreto-lei que aprovou o SNC a respectiva disciplina jurídica e normativa, estabelecendo-se os requisitos relativos à obrigatoriedade de certas entidades terem de preparar e apresentar demonstrações financeiras consolidadas, bem como à sua dispensa e exclusão.

Os procedimentos contabilísticos consoante o tipo de entidade

Como referido acima, no nosso país existem três grupos de entidades a quem se aplicarão regras distintas.

Por um lado, aquelas entidades que aplicam as normas internacionais de contabilidade – obrigatoriamente, as sociedades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, quer nas suas contas consolidadas, quer nas individuais, sempre que estas integrem o perímetro de consolidação anterior. Poderão ainda optar por estas normas as sociedades que, embora abrangidas pelo SNC, possuam certificação legal, quer das suas contas consolidadas, quer nas individuais, desde que estas integrem o perímetro de consolidação anterior.

Temos, por outro lado, as entidades que aplicam as NCRF – sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais, empresas individuais reguladas pelo Código Comercial, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada (EIRL), empresas públicas, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas e entidades sem fins lucrativos, quando obrigadas a possuir contabilidade organizada e não abrangidas por outros planos sectoriais.

Finalmente, foram ainda contempladas as pequenas entidades, que podem aplicar as NCRF-PE – particularmente relevantes para o nosso país, estas normas aplicam-se a entidades que não ultrapassem dois dos três limites seguintes:

- Total do balanço: €500 mil;
- Total de vendas líquidas e outros rendimentos: €1 milhão;
- Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício.

Convirá, contudo, ter em atenção algumas regras no que concerne à manutenção daqueles limites. Atente-se nos exemplos dados por Elsa Costa, consultora da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas:

- Antes de mais, em relação a todas as entidades que tenham sido constituídas até ao final de 2009, os limites dizem respeito a 2009, i.e. se uma entidades ultrapassar, naquele ano, dois dos três limites, não poderá aplicar as NCRF-PE;
- Para aquelas entidades que iniciem a sua actividade a partir de 2010, os limites referem-se às previsões para o ano de início, produzindo efeitos neste mesmo exercício;
- Ao longo da actividade de uma entidade, sempre que forem ultrapassados dois dos três limites, ela deixará de poder optar pelas NCRF-PE no segundo exercício seguinte. Ou seja, se em 2010 foram ultrapassados dois limites, em 2012 a entidade já não poderá optar pelas NCRF-PE, independentemente dos valores obtidos em 2011;
- Por outro lado, se no decorrer da sua actividade uma entidade deixar de ultrapassar aqueles limites, poderá optar pelas NCRF-PE no segundo exercício seguinte. Assim, se em 2010 não foram ultrapassados dois limites, em 2012 a entidade já poderá optar pelas NCRF-PE, independentemente dos valores obtidos em 2011.

As entidades, que mesmo não ultrapassando quaisquer daqueles limites, tenham, por qualquer motivo, as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal, ou caso integrem o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas, não podem aplicar as NCRF-PE.

Estas normas contemplam, de modo mais resumido, os princípios gerais de reconhecimento, mensuração e divulgação presentes nas NCRF. Não foram contempladas, por exemplo, as normas relativas a propriedades de investimento, imparidade de activos, ou agricultura. Assim, as pequenas entidades que o pretendam fazer, poderão optar pelas NCRF, assim como pelos modelos de demonstrações financeiras mais desenvolvidos.

Saliente-se ainda que, à semelhança do que acontecia com o POC, algumas entidades estão dispensadas da aplicação do SNC, a saber, as entidades em nome individual, que exercendo actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, não realizem, na média dos últimos três anos, um volume de negócios superior a €150 mil. Para estas entidades permanece a obrigação de registos simplificados (livros obrigatórios referidos nos Códigos do IVA e IRS).

Aplicação de coimas às incorrecções contabilísticas

O Decreto-Lei que aprovou o SNC veio também introduzir uma norma punitiva da incorrecta aplicação dos princípios contabilísticos daquele sistema. Assim, a partir de 2010, a Comissão de Normalização Contabilística aplicará coimas, entre os €500 e os €15 mil, às entidades que:

- Não apliquem as NCRF, sempre que esse facto distorça as demonstrações financeiras;
- Suprimam lacunas, de modo diverso do previsto no SNC e tal facto distorça as demonstrações financeiras; ou
- Não apresentem as demonstrações financeiras que sejam obrigadas por lei a apresentar.

Esta norma punitiva é inovadora no sentido em que pune o incumprimento dos preceitos contabilísticos per si, independentemente das consequências fiscais que possam daí advir.

A conjugação entre os princípios do SNC e esta norma permitirão que a relação entre as entidades e os seus Técnicos Oficiais de Contas seja, cada vez mais, pautada pelo rigor e responsabilidade.

A entrada em vigor do SNC é uma oportunidade para que todas as empresas – micro e pequenas, incluídas – passem a dispor de um sistema de contabilidade de gestão, que forneça as informações indispensáveis, não apenas ao nível fiscal, mas principalmente à tomada de decisões.

João Rodrigues, Sistema de Normalização Contabilística Explicado, Porto Editora, 2009
André Lopes, O papel da Contabilidade nas micro e pequenas empresas, Revista TOC 108, Março 2009
Elsa Costa, As pequenas entidades no SNC, Revista TOC 113, Agosto 2009
Elsa Costa, O SNC e a aplicação de coimas às incorrecções contabilísticas, Jornal de Negócios, 20 de Julho de 2009

Notícias

Colóquio Os Desafios da Inovação e da Competitividade

O Plano Tecnológico e de Inovação Empresarial da Região Autónoma dos Açores (INOTEC – Empresa) assume-se como "um contributo essencial para a definição de uma linha estratégica de orientação nas matérias relacionadas com a qualidade e com a inovação", mas "não se esgota apenas naquele que é o trabalho dos entes públicos", sendo necessário "que todos estes desafios sejam assumidos por todos os actores do sector económico regional".

O desafio foi lançado, no dia 26 de Junho, em Ponta Delgada, pelo Secretário Regional da Economia, Vasco Cordeiro, durante a apresentação do documento, coordenado pelo professor Veiga Simão, e resultado de uma parceria entre o Governo dos Açores e o Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores (INOVA). O INOTEC – Empresa foi desenvolvido com o contributo de diversos acto-res empenhados no processo de inovação, casos do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), Associação Industrial Portuguesa, Universidade dos Açores e Universidade Nova de Lisboa, entre outros.

Vasco Cordeiro defendeu ainda a necessidade "de concertação entre os diversos actores" envolvidos nas temáticas da Qualidade e da Inovação: "a Competitividade e a Inovação não se fazem por decreto, constroem-se e não é apenas com o trabalho dos entes públicos, mas com o trabalho de Universidades, Empresas, Autarquias, Câmaras do Comércio e do Governo, que acabamos por construir as condições necessárias para transformar os nossos objectivos em realidades concretas", considerou.

Este colóquio contou ainda com as intervenções de Augusto Medina, Presidente da Sociedade Portuguesa de Inovação, de Tim Hogg, da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica e de Rocha de Matos, Presidente da Associação Industrial Portuguesa.

A tarde foi encerrada pela apresentação do INOTEC – Empresa, que esteve a cargo de Veiga Simão.

Conferência "O mercado global e o outsourcing de negócios e serviços TI – Oportunidades para os Açores"

A Secretaria Regional da Economia, através da Direcção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade, promoveu, em cooperação com a London School of Economics a conferência "O mercado global e o outsourcing de negócios e serviços TI – Oportunidades para os Açores".

Com este encontro, que decorreu no dia 21 de Setembro, no auditório do Laboratório Regional de Engenharia Civil, pretendeu-se que as empresas e outras organizações açorianas conhecessem conclusões actualizadas sobre o que funciona e o que não funciona no mercado global do outsourcing de negócios e dos serviços na área das tecnologias de informação; compreendessem como se desenvolve e gere uma estratégia de outsourcing, no médio e longo prazo; tomassem contacto com os aspectos-chave sobre como manter o controlo e acrescentar valor através do outsourcing, bem como sobre o papel da liderança; identificassem os desafios que se colocam aos Açores, como um potencial centro de ligação à UE; soubessem o que os Açores necessitam fazer para se tornarem um "fornecedor"; e conhecessem exemplos que ilustram o que funciona e o que não funciona em outsourcing.

A conferência contou com a participação de Leslie Willcocks e Andrew Craig, ambos especialistas de reputação internacional em outsourcing de negócios e serviços TI.

Empreendedorismo no Feminino

O Pavilhão do Mar foi palco no passado mês de Outubro para um encontro sobre o Empreendedorismo no Feminino. Uma iniciativa da Cooperativa Regional de Economia Solidária, CRESAÇOR, que teve por objectivo promover o empreendedorismo como factor de competitividade e empregabilidade no âmbito dos programas de criação e dinamização do emprego na Região Autónoma dos Açores.

Abordar temas relativos à mulher e ao trabalho, dar a conhecer os apoios financeiros e sociais de suporte ao empreendedor e proporcionar um eventual caminho para a inserção profissional foram outros objectivos deste encontro que juntou à mesma mesa uma centena de pessoas.

As "Iniciativas e Programas Regionais de Apoio à Integração da Mulher no Mercado de Trabalho" foi o tema do primeiro painel que esteve a cargo do Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade.

Arnaldo Machado, apresentou as medidas de apoio ao empreendedorismo promovidas pelo Governo Regional, nomeadamente o SIDER, o Empreende Jovem e o Microcrédito.

Na opinião do Director Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade é importante e desejável "incrementar o empreendedorismo feminino, como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica activa, promovendo o auto-emprego, e como elemento inovador e regenerador do tecido económico".

Também o responsável pelo Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, Gualter Couto, referiu-se à importância de incentivar as participantes neste encontro a serem empreendedoras, "pois às vezes é de pequenas ideias que se criam negócios a nível internacional".

Piedade Lalanda, da Universidade dos Açores, analisou os dados estatísticos da Região referentes à temática O trabalho e a mulher, discursando ainda sobre a necessidade de mudança de mentalidades para que as mulheres possam cumprir de forma plena os vários papéis que têm na sociedade (mães, trabalhadoras, amigas, etc.).

Já Rosa Simas, igualmente da Universidade dos Açores, falou sobre o trabalho que desenvolveu na área da mulher e o mundo do trabalho, presenteando a plateia com a leitura de algumas passagens do seu livro. Foram igualmente propostos por esta professora alguns exercícios práticos sobre questões desenvolvidas no seu livro, que visavam sobretudo aferir a maneira como as mulheres encaram e ultrapassam as dificuldades que lhes são colocadas tanto a nível laboral como da convivência em sociedade.

As dificuldades sentidas pelas mulheres emigrantes em se estabelecerem e serem empreendedoras na Região foi outro dos temas abordados neste seminário pelo responsável pela Associação dos Imigrantes nos Açores.

Foram ainda apresentadas duas experiências reais de empreendedorismo, Ana Pereira e Lília Ferreira que falaram das dificuldades e apoios que tiveram na implementação dos seus negócios de sucesso.

O encontro encerrou com a encenação de uma peça do Teatro do Oprimido cujo intuito foi chamar a atenção para a discriminação de que as mulheres ainda são vítimas no mundo laboral, e colocar a plateia a pensar em soluções para ultrapassar este estigma.

“Microcrédito: um desafio, uma oportunidade”

No passado mês de Novembro teve lugar em Ponta Delgada um seminário subordinado ao tema “Microcrédito: um desafio, uma oportunidade”. Tratou-se de uma iniciativa conjunta das Direcções Regionais da Solidariedade e Segurança Social e do Apoio ao Investimento e à Competitividade que se reuniram à mesma mesa para efectuarem um balanço dos três anos de vida desta medida que procura proporcionar uma inclusão às pessoas que se encontram numa situação de desfavorecimento económico e social.

Na abertura do seminário, a Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social caracterizou o Microcrédito como uma ferramenta de financiamento solidário, ao serviço do combate à pobreza e à exclusão social.

Ana Paula Marques anunciou que o executivo açoriano irá apresentar em breve um programa dirigido a zonas residenciais com elevada concentração de situações de risco, que conjugue a organização social dos residentes, a criação de estruturas socioeconómicas e a gestão de respostas socioeducativas, de saúde e de formação para a cidadania e empregabilidade. Nesse sentido, revelou que o Governo Regional irá promover o aparecimento de micro empresas privadas de prestação de serviços, comércio e produção de bens, empreendidas também pelos próprios residentes que, recorrendo ao microcrédito, ajudem a activar de forma directa e indirecta outros negócios e a dar vida às comunidades.

Durante este encontro foram apresentados diferentes tipos de Microcrédito. Experiências que chegaram das Canárias, de Cabo Verde e da Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC). Mohamed Ahmed, responsável pela ANDC falou sobre os pilares em que assenta o Microcrédito, nomeadamente no Estado, nas instituições de crédito e na própria ANDC referindo que a grande diferença existente entre o Microcrédito daquela associação e o do Governo dos Açores está no custo que acarreta o empréstimo.

“Enquanto que os micro empresários que recorrem à ANDC têm que pagar o juro do capital contratado, nos Açores o juro é suportado pelo Governo regional” – disse.

Apresentando alguns números nacionais, Mohamed Ahmed mostrou a sua satisfação face a esta medida que agora quer dar um passo em frente criando o Estatuto do Microempresário de forma a garantir um tratamento diferenciado e uma descriminação positiva face a outros empresários ou negócios.

Isabel Berbereia, Directora Regional da Solidariedade e Segurança Social, salientou a necessidade de ser desenvolvido trabalho junto dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, no sentido de serem identificadas pessoas e ideias de negócio passíveis de serem apoiadas através do Microcrédito.

Também o Director Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade, Arnaldo Machado, deu a conhecer alguns números da medida nos Açores, chamando a atenção para o facto de que “contrariamente a outros programas de protecção social, o microcrédito baseia-se numa lógica de risco/retorno, exigindo a viabilidade económica e financeira das iniciativas desenvolvidas”.

No seu entender, o Microcrédito apresenta-se como uma solução inovadora e responsabilizante apelando à criatividade e à iniciativa de todos aqueles que, a partir das suas competências pessoais, sentem deter em si próprios a resolução para a sua situação de vida, apenas pedindo que acreditem neles.

“O papel da banca nos sistemas de Microcrédito”, “Politicas económicas e sociais de apoio ao Microcrédito” e “O Microcrédito” foram os três painéis que ocuparam grande parte do dia 17 de Novembro e que serviram para debater as várias vertentes do Microcrédito.

O primeiro painel contou com a presença de representantes de bancos protocolados ao abrigo o Microcrédito, enquanto parceiros estratégicos e um dos vértices do triângulo de confiança estabelecido entre Governo, micro empresário e banca. Estiveram presentes Carlos Decq Mota do millennium bcp, Gualter Furtado do BES dos Açores e Ricardo Ferreira do BANIF.

Durante o encontro foram, ainda, dados a conhecer alguns dos projectos financiados. Foi o caso de Ana Pereira, que através do financiamento conseguido pelo Microcrédito, conseguiu realizar o sonho de criar um negócio de florista. História semelhante foi apresentada por António Cabral, que, com recurso àquela ferramenta de apoio, conseguiu levar avante o seu negócio de venda ambulante em roulotte.

I EXPOARTESANATO da Macaronésia e do Atlântico

O Centro Regional de Apoio ao Artesanato da Secretaria Regional da Economia, realizou de 18 a 22 de Novembro de 2009, no Pavilhão do Mar, em Ponta Delgada, a I Expoartesanato da Macaronésia e do Atlântico, um evento integrado no Ano Europeu da Criatividade e da Inovação.

Pretendeu-se mostrar como a criatividade e a inovação são factores de competitividade no sector das artes e ofícios, confirmados pela exposição de produtos de artesanato tradicionais e contemporâneos, pela tecnologia e pela sustentabilidade económica, capaz de, por si só, gerar riqueza e de influenciar o desenvolvimento social e económico das Regiões.

A Expoartesanato contou com a presença de 28 artesãos provenientes das ilhas de Santa Maria, Pico, Faial e S. Miguel, para além das regiões da Macaronésia e do Atlântico que foram convidadas: Canárias, Madeira, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Brasil, Galiza e Portugal Continental.

Tratou-se de uma iniciativa inovadora, com dupla componente de feira e fórum, assumindo uma grande importância para as regiões insulares e ultraperiféricas da Macaronésia e do Atlântico, particularmente para os Açores, na medida em que se realizou pela primeira vez um evento desta natureza e de âmbito internacional.

No sentido de perspectivar o desenvolvimento futuro das actividades económicas artesanais, foram debatidos

diversos temas no fórum, sendo que a criatividade e a inovação foram abordadas em todas as comunicações, tendo ainda sido apresentados os percursos das actividades artesanais em várias das regiões presentes.

Fonte: CRAA

Conhecer a realidade do empreendedorismo nos Açores
Estudo GEM Açores

Conhecer a realidade regional do Empreendedorismo, a sua relação com o desenvolvimento económico bem como os factores determinantes das condições que fomentam ou condicionam as dinâmicas empreendedoras na Região, são os objectivos principais de um projecto de investigação a desenvolver pela Universidade dos Açores e pela SPI Ventures – Criação e Desenvolvimento de Novos Negócios, SA, com o apoio do Governo dos Açores, através da Secretaria Regional da Economia.

O estudo, que será elaborado no âmbito do Global Entrepreneurship Monitor, e denominado GEM – Açores, tem por objectivo assistir no desenvolvimento de uma estratégia que, envolvendo diversas entidades, tenha como propósito o estímulo do empreendedorismo, de forma concertada, integrando as fases de fomento, de investimento e de incubação de novas empresas, envolvendo políticas de juventude, de educação, de investigação e desenvolvimento e de natureza económica.

Através do protocolo assinado no passado dia 18 de Novembro, o Governo dos Açores pretende criar as condições para que os diversos departamentos governamentais, associações empresariais, Universidade e restantes entidades ligadas ao sistema de ensino, fiquem na posse de elementos que indiquem quais os níveis de capacidade empreendedora existente na Região, como induzir comportamentos empreendedores nos jovens açorianos e como criar um ambiente propício à manifestação do espírito empreendedor.

O projecto Global Entrepreneurship Monitor (GEM) tem como objectivo analisar a relação entre o nível de empreendedorismo e o nível de crescimento económico em vários países e, simultaneamente, determinar as condições que fomentam e entravam as dinâmicas empreendedoras em cada país. Iniciado em 1999, em 10 países, no seguimento de uma iniciativa conjunta do Babson College (Estados Unidos da América) e da London Business School (Reino Unido), este projecto tem vindo a expandir-se, sendo que, actualmente, conta com a colaboração de 56 países e centenas de investigadores. Trata-se do maior estudo de empreendedorismo ao nível mundial.

Mostra Açores: Inovação, Empreendedorismo e Criatividade

A inovação, o empreendedorismo e a criatividade açorianos, presentes na cultura, na ciência e nos negócios, estiveram em exposição na Mostra Açores, que decorreu de 25 a 27 de Novembro, no Teatro Micaelense.

As palavras descontraídas mas incisivas de José Tribolet cativaram a audiência

Inserido nas actividades comemorativas do Ano Europeu para a Criatividade e Inovação, este certame contou com a presença de inúmeras entidades, desde organizações do Sistema Científico e Tecnológico Regional, banca, escolas, entidades públicas e ainda criadores e empreendedores.

Com um cartaz preenchido ao longo dos três dias, os visitantes puderam assistir a vários seminários e apresentações e participar em workshops que passaram pela música, a dança ou o teatro, pela inovação em contexto empresarial, pela ligação entre a inovação, a ciência e a juventude. Puderam ainda conhecer alguns projectos em curso com características inovadoras. Ao longo de toda a Mostra, os visitantes entraram em contacto directo com todas as entidades presentes em três zonas de stands.

A tarde do dia 25 foi integralmente preenchida com a Gala do Empreendedor 2009. Esta edição, que foi já a quarta desta cerimónia de entrega dos prémios do Concurso Regional de Empreendedorismo, contou com a participação de António Câmara, CEO da Y Dreams e com José Tribolet, Presidente do Instituto Superior de Engenharia de Sistemas e Computadores. Ambos partilharam com a audiência a sua experiência e o percurso das suas organizações.

António Câmara salientou a importância de iniciativas como o Concurso Regional de Empreendedorismo, no sentido de despertar as consciências empreendedoras. Descendente de mãe açoriana, Câmara conhece bem a realidade da Região e afirmou que torna-se necessário aproveitar devidamente o talento produzido nos Açores, no que concerne não tanto às invenções, mas à venda dessas invenções. Salientou ainda as possibilidades que se oferecem aos açorianos, através das ligações que podem ser estabelecidas àqueles que, sendo descendentes também da Região, encontram-se hoje no centro do mundo tecnológico em Silicon Valley. Em jeito de conselho prático aos que desejem enveredar pelo mundo dos negócios, disse que uma vez conseguido o primeiro cliente, isto é, quem pague pelo produto, a empresa deve ser gerida tendo sempre em mente a sua sobrevivência e o seu crescimento – "é necessário ter o sonho mais elevado possível".

Por seu lado, José Tribolet falou no esforço de gerações que Portugal deverá envidar, no sentido de conseguir melhorar significativamente o estado da sua sociedade. Salientou o papel dos empreendedores nesta tarefa, afirmando que cabe à própria sociedade a construção do seu futuro.

Ambos os oradores salientaram o papel do ensino no desenvolvimento de uma cultura empreendedora e a necessidade de se adequarem métodos e conteúdos na prossecução daquele objectivo.

O segundo dia da Mostra iniciou-se com um seminário sobre inovação em ambiente empresarial, em que os participantes puderam partilhar a história de dois empresários de sucesso, que nunca prescindiram de inovar: António Quina (A Vida é Bela, Maritz Marketing) e Vítor Mendes (Gracipescas, Graciosa). O primeiro deu a conhecer a génese, a história e os desafios de empresa líder em Portugal no negócio das experiências; o segundo explicou aos presentes como foi possível transformar várias ideias em negócios, desde a animação e alojamento turísticos à construção civil, numa das ilhas açorianas com maiores constrangimentos à actividade empreendedora e empresarial.

A tarde do dia 26 iniciou-se com um seminário subordinado ao tema "A ciência ao serviço da inovação?". Neste encontro, Teresa Cardoso trouxe ao Teatro Micaelense o caso de uma empresa do conhecimento, especialista em engenharia de software e fornecedora de consultoria em tecnologias da informação, com ênfase nos sistemas em tempo real. Com uma experiência de mais de vinte anos de actividade, a Edisoft exporta mais de 36% da sua produção em quatro áreas de negócio: sistemas espaciais, defesa e segurança, soluções integradas de negócio e sistemas decisionais de base geográfica.

Por seu lado, Francisco Valle da Rand, Project Management, explicou aos presentes porque a inovação é necessária na Europa, qual o papel da investigação na prossecução daquele objectivo e como se processa a transferência do conhecimento para o mercado empresarial. Com o ênfase nas pessoas sempre presente, este consultor apresentou vários exemplos de instituições e projectos que conseguiram realizar transferência de conhecimento pragmática, i.e. para novos produtos de elevado valor acrescentado.

Até ao final da tarde, foi possível assistir a várias apresentações de projectos e empresas com fortes componentes inovadoras, em áreas que foram desde a agricultura e aquicultura, passando pelos biocombustíveis, até à cultura.

A manhã do último dia da Mostra Açores foi dedicada ao papel da juventude como motor da inovação, num seminário que contou com a presença de João Miranda da Tetrapi e de Paulo Trincão da Universidade de Aveiro.

O segundo dia da Mostra atraiu também muitos interessados, com as presenças de António Quina e Victor Mendes

Gala do Empreendedor

Inserida na tarde do primeiro dia da Mostra Açores esteve a edição de 2009 da Gala do Empreendedor. Nesta cerimónia foram galardoados os três premiados do Concurso Regional de Empreendedorismo 2009, sendo que, neste ano, o primeiro lugar coube a Susana Torres, com o seu projecto Produção e Comercialização de Pellets. Este plano de negócio desenha uma empresa que pretende realizar o aproveitamento para fins energéticos de resíduos de madeira (serralharias, limpeza das matas, etc.) produzidos na ilha de S. Miguel, através da produção e comercialização de Pellets. Trata-se de produzir biomassa por trituração dos resíduos, obtendo-se como resultado um composto 100% natural, com um elevado poder calorífico. A vencedora arrecadou um prémio de €5000.

Os segundos classificados, premiados com €4000, foram Susana Sousa, Marina Arruda e Paulo Silva, com o plano de negócio MAPS, Viveiros de Aquacultura. Os promotores pretendem produzir camarão branco legítimo em viveiros, por meio de aquacultura intensiva. Como actividades paralelas, propõem-se ainda desenvolver consultadoria na área da aquacultura, e ainda produzir concentrado de artémia (alimento para

Susana Torres arrecada o 1.º prémio do CRE 2009

Susana Sousa, em representação do grupo distinguido com o 2.º prémio

O troféu do 3.º classificado é entregue a Hugo Calado

camarões na sua fase larval) e microalgas (alimento para camarões adultos).

Em terceiro lugar, com um prémio de €3500, ficou Hugo Calado e o seu projecto FungiAzores. Visando a produção de cogumelos em estufas, utilizando tabuleiros com substratos previamente preparados para o efeito, este negócio irá proporcionar um produto rigoroso e de qualidade.

Qualquer um deste projectos poderá ainda receber um prémio suplementar no valor de €5000, caso decidam avançar com o investimento proposto nos seis meses subsequentes à entrega dos prémios.

À primeira classificada foi ainda atribuído um prémio de €5000 pelo melhor plano de negócio submetido a concurso por um aluno da Universidade dos Açores, em consequência de uma parceria entre aquela academia e o millennium bcp.

O Concurso Regional de Empreendedorismo tem por objectivo estimular a participação dos jovens na actividade económica, através da criação de planos de negócio inovadores, exequíveis e adequados a uma necessidade de mercado. Este Concurso destina-se a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, que poderão concorrer, a título individual ou em grupo, mediante o envio de um formulário electrónico.

António Câmara: "é necessário ter o sonho mais elevado possível"

Estatísticas

Neste número da €mpreender fazemos uma actualização dos números do SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores. Os números são referentes a 22 de Dezembro de 2009.

Revemos também os números do sistema de incentivos do Centro Regional de Apoio ao Artesanato.

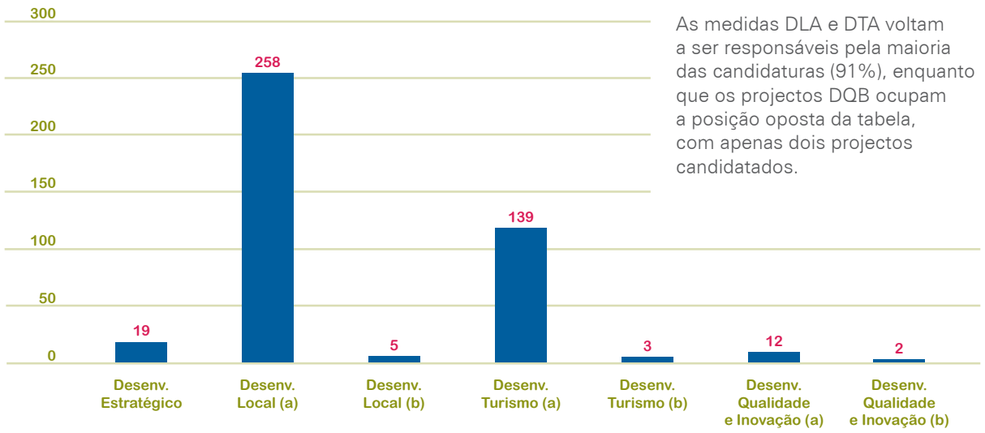
SIDER

O SIDER – Sistema de incentivos para o desenvolvimento regional dos Açores constitui o quadro legal de referência dos incentivos financeiros dirigidos ao sector empresarial açoriano, para o período de 2007-2013, cuja finalidade é conferir à economia regional os adequados índices de competitividade, indutores de um crescimento económico sustentável.

O SIDER tem como objectivo promover o desenvolvimento sustentável da economia regional, através de um conjunto de medidas que visam o reforço da produtividade e competitividade das empresas.

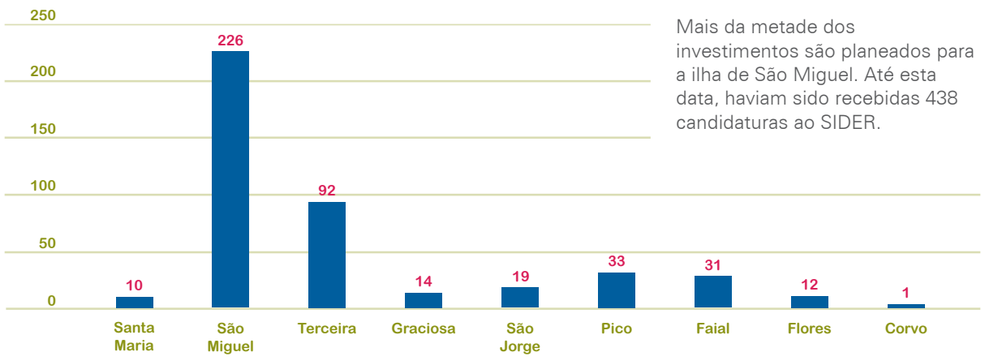
Este sistema é constituído pelos Subsistemas de Apoio ao Desenvolvimento Local (DLA – Mercado Local, DLB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento do Turismo (DTA – Investimento em Capital Fixo, DTB – Promoção da Segurança e Qualidade Alimentar), Desenvolvimento Estratégico (DEE) e Desenvolvimento da Qualidade e Inovação (DQA – projectos até €100 mil, DQB – projectos superiores a €100 mil).

Número de candidaturas por subsistema



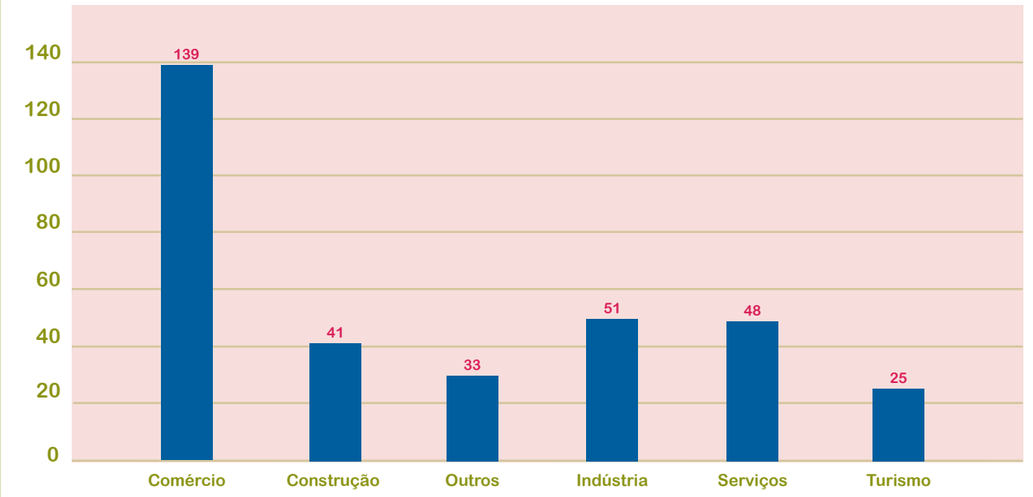
As medidas DLA e DTA voltam a ser responsáveis pela maioria das candidaturas (91%), enquanto que os projectos DQB ocupam a posição oposta da tabela, com apenas dois projectos candidatados.

Número de candidaturas por ilha



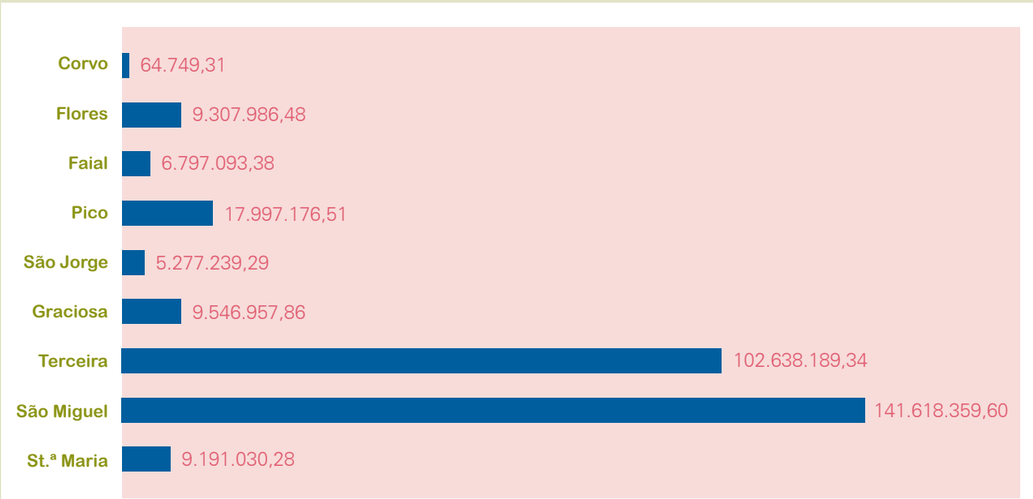
Mais da metade dos investimentos são planeados para a ilha de São Miguel. Até esta data, haviam sido recebidas 438 candidaturas ao SIDER.

Número de candidaturas por sector



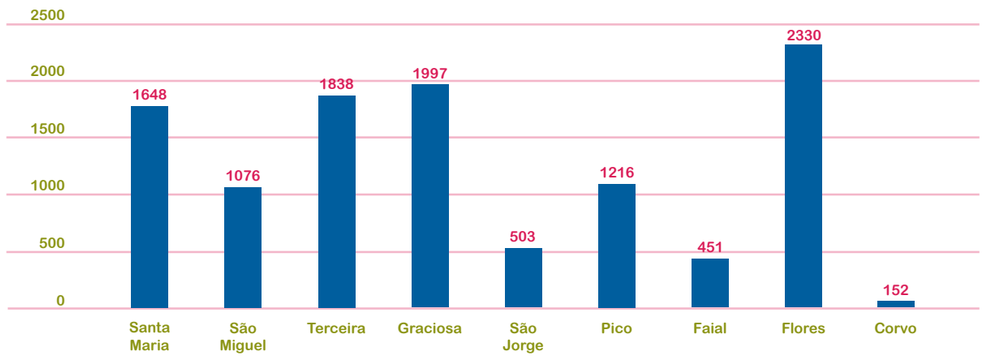
Cerca de 59% dos projectos apresentados desenvolvem-se nos sectores do comércio e turismo. Os serviços continuam a representar uma parte importante do número de candidaturas recebidas (17%), seguidos de perto pela indústria (14%).

Investimento candidatado por ilha



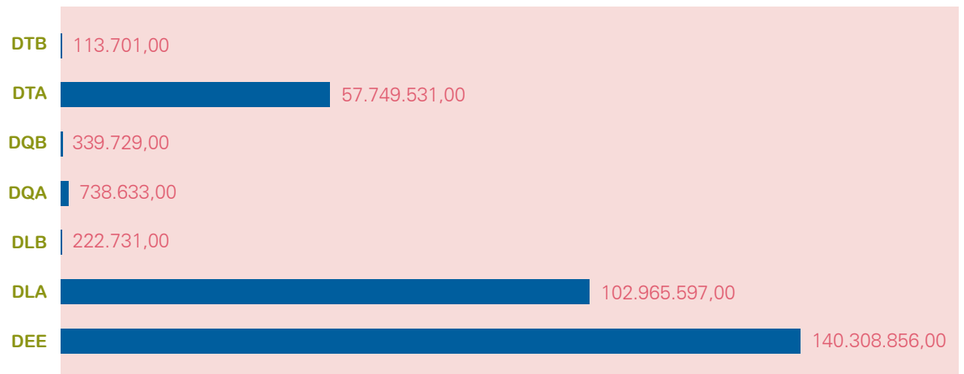
São Miguel reforçou a sua posição no topo da tabela de investimento, correspondendo a 47% do montante total A ilha Terceira surge a seguir com 34% do investimento candidatado.

Investimento candidatado por ilha *per capita*



Contudo, é na ilha das Flores que o investimento tem maior impacto sobre a população residente, sendo que nesta ilha serão executados €2330 por habitante. As ilhas Graciosa, Terceira e Santa Maria mantêm os lugares que ocupavam no último número da €mpreender.

Investimento candidatado por subsistema



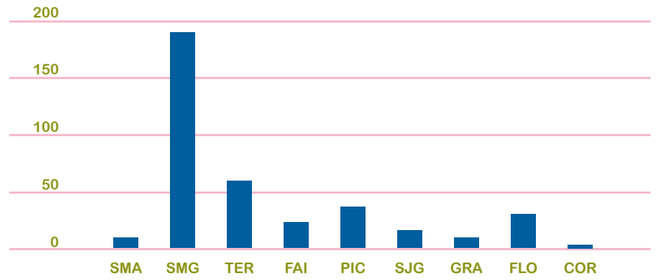
Contrariando os números de candidaturas recebidas, os projectos DEE destacam-se no que diz respeito ao investimento, totalizando 46% do montante do investimento candidatado. Os projectos DLA e DTA, apesar de serem responsáveis por 91% das candidaturas, acabam por ser responsáveis por 53% do investimento. Estes números reflectem, assim, a natureza dos projectos acolhidos pelo Desenvolvimento Estratégico.

Actividades artesanais

Ainda neste número da €mpreender damos destaque a alguns dados do Centro Regional de Apoio ao Artesanato (CRAA), no que concerne à actividade artesanal regional, bem como ao Sistema de incentivos gerido por aquele Centro.

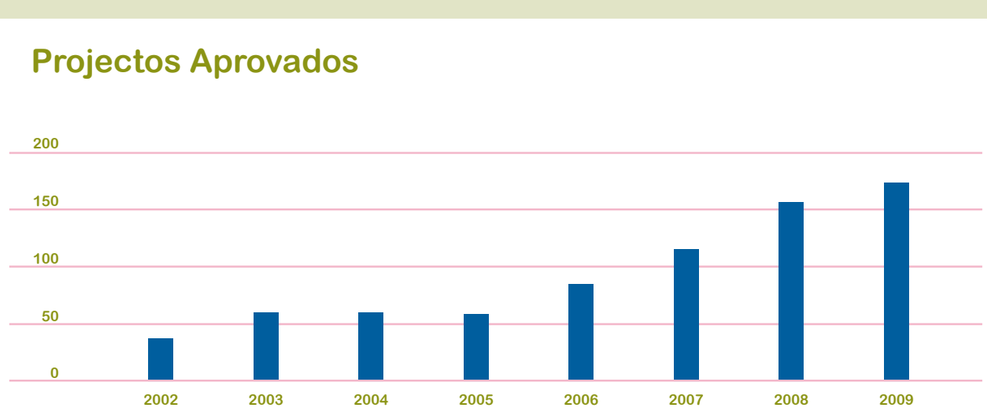
Unidades produtivas artesanais

Total Açores: 380

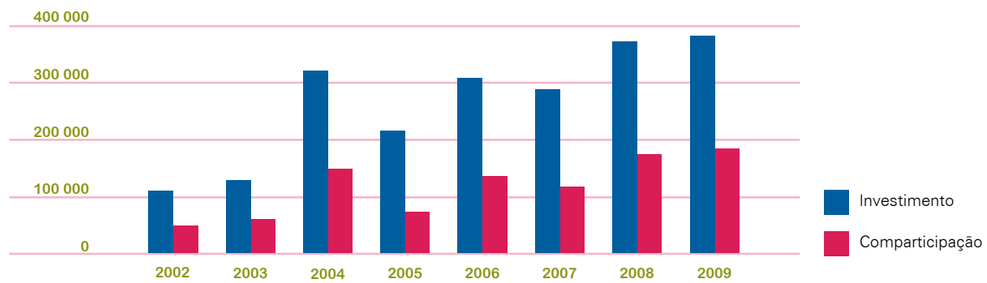


O Sistema de incentivos, cuja evolução se apresenta abaixo, apoia projectos que visem a formação ou a participação em feiras, projectos de investimento em novas unidades produtivas artesanais ou remodelação de existentes, incluindo as relativas à produção e preparação de bens alimentares e ainda projectos de carácter promocional.

Projectos Aprovados



Investimento e Comparticipação



Governo dos Açores

SECRETARIA REGIONAL DA ECONOMIA

DIRECÇÃO REGIONAL DE APOIO AO
INVESTIMENTO E À COMPETITIVIDADE

€mpreender